

JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS E A CONSTRUÇÃO DO BRASIL

JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS AND THE CONSTRUCTION OF BRAZIL

ANTÔNIO CELSO ALVES PEREIRA¹

Resumo

O presente texto tem como objetivo apresentar uma sintética discussão sobre a importante atuação de Pandiá Calógeras na vida pública brasileira, sua brilhante carreira como político, diplomata, escritor e historiador, bem como a sua contribuição para o desenvolvimento integrado do Brasil, e para a persistente defesa dos interesses nacionais e da soberana inserção do Brasil nas relações internacionais.

Palavras-chave: Pandiá Calógeras; Primeira República; Soberania; O Brasil na Grande Guerra; Conferência de Paz de Versalhes.

Abstract

The article aims to provide a concise discussion on the significant role played by Pandiá Calógeras in Brazilian public life, covering his illustrious career as a politician, diplomat, writer, and historian. It also emphasizes his contribution to the integrated development of Brazil and his steadfast advocacy for national interests, as well as the sovereign positioning of Brazil in international relations.

Keywords: *Pandiá Calógeras, First Republic, sovereignty, Brazil in the Great War, Versailles Peace Conference*

¹ Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8352-4720>. E-mail: acelsopereiraalves@gmail.com

Introdução

João Pandiá Calógeras, engenheiro/geólogo, historiador, político, diplomata e humanista, sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja vida pública, marcada por valores republicanos, é parte importante da história política e cultural do Brasil. Ele figura, sem dúvida, entre aqueles que se dedicaram à consolidação da República e se empenharam na defesa da soberania e do desenvolvimento do País. Filho do bem-sucedido engenheiro e empresário do ramo ferroviário, Michel Calógeras, e de Júlia Ralli Calógeras, nasceu no Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1870. No Brasil, a família Calógeras formou-se a partir dos avós de Pandiá, João Batista Calógeras e Lucila Elisabeth Maurel Lamy, que aportaram no Rio de Janeiro, em 1841, provenientes da França. Bacharel em Direito pela Universidade de Paris, o avô de Pandiá Calógeras latinizou, na França, o sobrenome grego da família, Kaloge, para Calógeras. Imigrou para o Brasil para organizar a empresa que o Barão de Lafitte, banqueiro e ministro do rei Luiz Philipe, pretendia instalar na capital do Império. Como a iniciativa não se concretizou, ele resolveu radicar-se no País e, em 1854, naturalizou-se brasileiro. Homem culto, poliglota, autor de várias obras, principalmente sobre História e Geografia, adotadas durante décadas em várias escolas do Império, João Batista Calógeras fundou um colégio em Petrópolis e, em 1847, foi nomeado professor de História Antiga e Medieval do Colégio Pedro II. Em 1859, ingressou no serviço imperial, nomeado primeiro oficial da Secretaria dos Negócios do Império e, posteriormente, foi transferido para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros na qual, ao que tudo indica, fez brilhante carreira na burocracia do Segundo Reinado, pois recebeu de D. Pedro II a Imperial Ordem da Rosa, além de comendas de outros de países. Foi sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

João Pandiá Calógeras foi educado na residência da família, em Petrópolis, pelos pais, por preceptores alemães e professores particulares especialistas em ciências exatas e em humanidades. Tais estudos deram-lhe as bases de sua excelente formação científica e humanista, politicamente liberal, e o prepararam para realizar, no Colégio Pedro II, quando completou 14 anos, os preparatórios para o ingresso na Escola de Minas de Ouro Preto. Como foi alfabetizado, além do português, em alemão, francês e inglês, Calógeras escrevia e se expressava com correção e fluência nesses idiomas. Aprendeu grego e latim com seu pai. Na prova para ingresso no Colégio Pedro II Calógeras foi examinado em História Universal e do Brasil por Capistrano de Abreu, que, além de aprová-lo, impediu que um examinador, inimigo da família Calógeras, injustamente, o reprovasse. Desde então, ligou-se a Capistrano, a quem

considerava seu grande mestre e guia em seus estudos históricos. Ao fazer o elogio de Capistrano no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 13 de setembro de 1927, exatamente um mês após a morte do grande historiador, Calógeras confessava:

Durante quarenta e três anos, ligou-me a Capistrano de Abreu a mais perfeita amizade, sem uma nuvem, sem um desfalecimento, no mais elevado convívio de espírito que se possa imaginar. Sentimento profundo, complexo, no qual disputavam primazia o afeto pelo homem de coração, o respeito pelo caráter imaculado, a ilimitada admiração pelo sábio. [...] Sua cultura resumia bibliotecas inteiras, serviço da inteligência mais aguda, mais informada e de maior equilíbrio que se tenha existido. [...] Não tinha limites dogmáticos. [...] De todos, uma só coisa exigia: ideias e simplicidade nas convicções.²

Além da alta estima por Capistrano, Calógeras manteve com o Barão do Rio Branco sólida relação de amizade. Segundo João Hermes Pereira de Araújo, na introdução aos três volumes da obra de Calógeras, *A Política Exterior do Império*, Capistrano e Rio Branco influíram profundamente na vida intelectual de Calógeras. A admiração que ele “dedicava às duas grandes figuras era similar, mas, em relação a Rio Branco, não se pode falar de uma amizade quase filial, de todas as horas, como a que o unia a Capistrano. Este era o mestre a ser seguido; aquele, o protótipo a ser imitado”.³ “Pertencemos a um grupo de discípulos do maior homem de Estado do Brasil, no terreno internacional: Rio Branco”, confessa Calógeras, em sua obra *Estudos Históricos e Políticos*.⁴ Em abril de 1913, a *Revista Americana* publicou uma série de artigos intitulados, *O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos*. Entre os textos, encontramos um excelente ensaio de autoria de Pandiá Calógeras, sob o título *Rio Branco e a Política Exterior*, no qual ele analisa a trajetória do Barão à frente do Itamaraty, estudo valiosíssimo para o entendimento da nossa política externa entre 1902 e 1912.⁵

Em 1884, Calógeras iniciou os estudos na Escola de Minas de Ouro Preto. Formou-se, em 1890, aos vinte anos, como primeiro aluno da turma. Em 1891, casou-se, em Ouro Preto,

² CALÓGERAS, João Pandiá. *Estudos Históricos e Políticos (Res Nostra)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 13.

³ ARAÚJO, João Hermes Pereira. *Introdução. J. Pandiá Calógeras, A Política Exterior do Império*. V. I. Brasília: Senado Federal, 1998, p. X

⁴ Op. cit. p. 324.

⁵ CALÓGERAS, João Pandiá. *Rio Branco e a Política Exterior*. In: *O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos*. Brasília: Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, 2002, p. 173-210. Este texto foi publicado originalmente na *Revista Americana*, em abril de 1913, e fez parte da série de artigos editados pelo periódico, em abril de 1913, sobre a trajetória do Barão do Rio Branco como chanceler do Brasil.

com Elisa da Silva Guimarães, filha de Joaquim Caetano da Silva Guimarães, jurista e ministro do Supremo Tribunal de Justiça no Segundo Reinado.⁶

Considerando esse quadro, o presente texto tem como objetivo discutir, resumidamente, a importante atuação de Pandiá Calógeras na vida pública brasileira, sua brilhante carreira como político, diplomata e historiador, bem como a sua contribuição para o desenvolvimento integrado do Brasil, para a persistente defesa dos interesses nacionais, enfim, da soberana inserção do Brasil nas relações internacionais.

Pandiá Calógeras entra na vida pública nacional

A vivência em Ouro Preto, cidade que ele amava, o levou a integrar-se plenamente na vida social, política e cultural mineira. Suas atividades profissionais tiveram início com a realização de pesquisas geológicas em Santa Catarina. Após concluí-las Calógeras trabalhou em Uberaba e, em 1896, foi nomeado engenheiro do Estado de Minas Gerais. Nessa função, como consultor técnico da Secretaria de Agricultura e Viação e Obras Públicas, na administração do secretário Francisco Sá (1862-1936) – governo de Crispim Jacques Bias Fortes (1847-1917) – destacou-se pela competência e a enorme capacidade de trabalho, fato que levou a comissão executiva do Partido Republicano Mineiro a convidá-lo para disputar, pelo primeiro distrito eleitoral de Minas Gerais, Ouro Preto, a eleição para deputado federal. Eleito com expressiva votação, Calógeras assumiu seu primeiro mandato de deputado federal, em 1897, ano em que a sua querida Ouro Preto deixava de ser a capital de Minas, posição que a cidade ostentava, desde 1720, quando a então Vila Rica foi designada capital da nova Capitania das Minas Gerais. Com a Independência, em 1823, por ato de D. Pedro I, passou a denominar-se Imperial Cidade de Ouro Preto. Calógeras reelegeu-se, pelo mesmo distrito eleitoral, Ouro Preto, sucessivamente, até 1914, com apenas um interregno na legislatura 1900-1902.

⁶ Joaquim Caetano da Silva Guimarães (1813-1896), originário de ilustre família mineira ouropretana, fez seus estudos secundários no Caraça e os superiores na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, São Paulo. Ingressou na magistratura imperial. Foi juiz de direito de comarcas das províncias de Minas Gerais, Paraná e Maranhão. Em 1874 foi designado desembargador da Relação de Minas Gerais e, em 1887, nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça, em vaga oriunda da aposentadoria do ministro Caetano Vicente de Almeida Júnior, Barão de Mucuri. Aposentou-se em 1888. Como se sabe, o Supremo Tribunal de Justiça passou a denominar-se Supremo Tribunal Federal com o advento da República. Joaquim Caetano Guimarães, além de jurista e músico, escreveu dramas, comédias e, a exemplo do seu irmão, Bernardo Guimarães, foi romancista.

Nesse período, fora da política, Calógeras fez conferências e realizou estudos na Europa e, retornando, concluiu a redação de sua obra monumental, *As Minas do Brasil e sua legislação*, em três volumes, publicada, em 1903, e apontada, à época, pela crítica especializada como um dos mais importantes textos sobre o assunto até então escritos no Brasil. “Durante decênios essa obra ficará como um marco solitário”, registrou de Capistrano de Abreu.⁷ É importante destacar que, nessa obra, Calógeras levanta, pela primeira vez, a questão do disposto no artigo 72 da Constituição de 1891, que estendia ao proprietário do solo o subsolo, defendendo o direito da União de desapropriar o subsolo para explorá-lo, tese que se transformou, em 1915, na Lei Calógeras. A Constituição Federal de 1934 estabeleceu a separação jurídica entre solo e subsolo, destinando à União a propriedade do subsolo. A Constituição de 1988 consagrou essa tese em seu artigo 20. Merece destaque a crítica que Calógeras faz à política educacional do País em *As Minas do Brasil e sua Legislação*, especialmente aos órgãos oficiais e às dificuldades que estes criavam para se contratar professores e cientistas no exterior para melhorar a qualidade do ensino técnico no País. Profundo conhecedor dos problemas nacionais, aos 27 anos, Calógeras tornou-se um dos 37 deputados federais mineiros, na época, a maior bancada da Câmara, ao lado de outros brilhantes deputados por Minas, como Carlos Peixoto, David Campista, Gastão da Cunha, Afrânio de Melo Franco e João Luiz Alves.⁸ Calógeras logo se sobressaiu como um dos nomes mais prestigiados e admirados do Parlamento Nacional, por sua participação constante e decisiva nas discussões de projetos e dos grandes temas nacionais, particularmente nas questões econômico-financeiras, orçamentárias, política internacional, assuntos militares, mineração e universalização do ensino primário. Segundo Gontijo de Carvalho, contemporâneo e biógrafo de Calógeras, seus discursos, sempre escritos, e seus pareceres eram “verdadeiros ensaios”. Altivo, austero, independente, contudo, hábil e generoso, “não cortejava a popularidade”.⁹ Profundo conhecedor da política internacional e de história diplomática, Calógeras era porta voz do Barão do Rio Branco no Parlamento Nacional. Foi importante a defesa que ele fez, na Câmara, das negociações realizadas por Rio Branco, e por seu auxiliar no processo, o político e diplomata gaúcho, Assis Brasil, da questão das fronteiras com a Bolívia, que redundaram na anexação do Acre ao território brasileiro pelo Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903. Na sessão secreta do Congresso para discutir

⁷ CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 57.

⁸ A representação de cada Estado fora estabelecida com base no recenseamento de 1890 e vigorou até 1934. Além da bancada mineira, as mais numerosas eram a de São Paulo, com 22 deputados e a da Bahia com o mesmo número de representantes na Câmara Federal. Em seguida vinha o Rio Grande do Sul com 16.

⁹ CARVALHO, op. cit. p. 54.

o assunto, Calógeras ocupou a tribuna por cinco horas, para esclarecer todos os detalhes da ação diplomática do Brasil. Na composição da delegação brasileira à Terceira Conferência Pan-Americana, que seria realizada no Rio de Janeiro, em 1906, Rio Branco incluiu Pandiá Calógeras. O mesmo aconteceu na IV Conferência Pan-Americana, que seria realizada em Buenos Aires, em 1910. Na pauta dessa cimeira estava a indicação, segundo a qual, cada país americano devia apresentar um estudo analítico, a ser distribuído às várias delegações, sobre seu sistema monetário. O Barão do Rio Branco encarregou Calógeras da missão. Redigido, em 1906, em francês, *La Politique Monétaire du Brésil*, alentado trabalho com 526 páginas, pelo qual ele não aceitou a remuneração que lhe fora oferecida pelo Barão do Rio Branco. Entretanto, Calógeras não pôde viajar à Argentina, porque a Câmara Federal somente lhe concedeu a licença para participar do evento quando este já havia começado. Posteriormente, foi designado para chefiar missões diplomáticas extraordinárias e negociações comerciais em Buenos Aires e Londres. Em 1916 participou da Conferência Financeira Pan-Americana, reunida em Buenos Aires. Sua mais importante atuação como diplomata deu-se como chefe da delegação à Conferência de Versalhes, ou seja, substituiu Eptácio Pessoa na função, quando este, em Versalhes, foi eleito presidente da República. No período compreendido entre 1910 e 1914, ele fez, na Câmara, vigorosa oposição ao governo Hermes da Fonseca, pois este realizou um dos piores e mais violentos governos, com intervenções militares nos Estados – as chamadas *Salvações* –, cujas forças políticas dominantes não o apoiavam.¹⁰ Quando morreu o Barão do Rio Branco, em 10 de fevereiro de 1912, portanto, no segundo ano da gestão de Hermes, Calógeras era, naquele momento, pelo seu domínio dos assuntos internacionais e por sua convivência e constantes conversas com o Barão sobre a política externa brasileira, a pessoa que reunia todas as condições para assumir a chefia do Itamaraty. Militando na oposição, não seria nomeado. “Teria sido um grande ministro das Relações Exteriores como o foi da Guerra”.¹¹

Após sete mandatos de deputado federal por Minas, Calógeras estava apto, como estadista, para assumir qualquer ministério e outras funções nos altos escalões da República. E foi o que se deu.

¹⁰ Durante seu governo, o Marechal Hermes da Fonseca promoveu a chamada *Política das Salvações*, ou seja, intervenções nos Estados, cujas lideranças políticas não o apoiavam. Sob o argumento de que era preciso acabar com as oligarquias estaduais, as intervenções na Bahia, em Pernambuco e Alagoas, no Amazonas e no Espírito Santo foram bem-sucedidas. Na Bahia a ação militar foi realizada com o absurdo bombardeio de Salvador, que destruiu o Palácio do Governo e a Biblioteca do Estado. Perderam-se importantes documentos históricos. Contudo, as tentativas de intervenção em São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará fracassaram.

¹¹ GONTIJO DE CARVALHO, Antônio. *Calógeras*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 89.

O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: Governo Wenceslau Braz – Pandiá Calógeras Ministro da Agricultura e da Fazenda

Wenceslau Braz tomou posse na presidência da República, em 15 de novembro de 1914, poucos meses após o início da Grande Guerra.¹² A eclosão do conflito repercutiu de imediato no Brasil. Como se sabe, a elite brasileira da Primeira República tinha estreitos laços culturais com a Europa, especialmente com a França. Naquela altura, era ainda muito forte a influência comercial e financeira da Grã-Bretanha nos negócios do País. No Congresso Nacional os parlamentares logo se dividiram em grupos que se enfrentavam calorosamente. Os defensores da aliança que reunia França, Rússia e Grã-Bretanha - *Tríplice Entente* – discutiam com os germanófilos, enquanto os “neutros” achavam que o Brasil devia manter-se o mais longe possível do conflito e aproveitar a oportunidade para realizar bons negócios com todas as partes. Apenas como exemplo do embate entre esses grupos, Irineu Machado, deputado pelo Rio de Janeiro, culto, radical em suas posições, orador irreverente e ferrenho defensor da *Tríplice Entente*, não conseguiu aprovar na Câmara um voto de solidariedade a França. O Marechal Hermes da Fonseca, “quatro meses e dez dias antes do término do seu mandato presidencial, em 4 de agosto de 1914, declarou que o Brasil se manteria neutro, situação em que permaneceria até abril de 1917”.¹³ Em razão disso, ele se opôs firmemente à proposta de Irineu Machado. Outro parlamentar polemista e de reconhecido prestígio na vida política nacional, Dunshee de Abranches,¹⁴ então presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara, era germanófilo, contudo, aliava-se com os defensores da neutralidade. Em discurso na Câmara,

¹² No dia 29 de julho de 1914, começava, de fato, a Grande Guerra, com o bombardeio de Belgrado, capital da Sérvia, pelas forças do Império Austro-Húngaro. Um dia antes, o governo imperial enviara ao Reino da Sérvia a declaração formal de guerra, uma vez que o seu ultimato, contendo dez exigências, algumas delas soberanamente impossíveis de serem atendidas, fora rejeitado. O ataque só foi possível em razão da promessa do *kaiser* Guilherme II, em 5 de julho de 1914, de total apoio à Áustria, caso fosse atacada pela Rússia. Foi o famoso “cheque em branco”. Guilherme II, em grave erro de avaliação, julgou que, naquela altura, uma guerra entre o Império Austro-Húngaro e a Servia seria apenas mais um conflito nos Balcãs e que a Rússia não se arriscaria em uma guerra contra a Alemanha para defender a Sérvia. Feito isso, entrou em férias. Quando tomou conhecimento do seu erro, informado da mobilização russa, interrompeu as férias e, tentando evitar a entrada da Rússia no conflito, passou um telegrama ao primo Nicolau II, tratando-o por querido Nicky e assinando o “o seu Willie”. Era tarde. Em 31 de julho de 1914, forçado a honrar o “cheque em branco” passado à Áustria, a Alemanha enviou à Rússia um ultimato, exigindo que, no prazo de 12 horas, cessasse a mobilização de suas tropas. No primeiro dia de agosto, o ultimato expirara sem qualquer reação russa. A Alemanha declarou guerra à Rússia, e, na sequência, ocupou o Luxemburgo e enviou outro ultimato, desta vez à Bélgica, requisitando a livre passagem do exército alemão rumo à França. Como tal pedido foi recusado, Guilherme II declarou guerra à Bélgica. Em 3 de agosto, a Alemanha declarou guerra à França e, no dia seguinte, invadiu a Bélgica.

¹³ PEREIRA, Antônio Celso Alves. *Clóvis Bevilacqua e o Direito Internacional*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ano 178, número 473, Jan./mar. 2017, p. 255.

¹⁴ João Dunshee de Abranches Moura (1868-1941), deputado federal pelo Maranhão, político, jornalista e escritor.

proferido em 26 de setembro de 1914, Abranches não conseguiu dissimular sua inclinação pelas Potências Centrais e, além disso, posicionou-se contra o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o Império Alemão. Fortemente atacado pelos jornais simpáticos à aliança anglo-russo-francesa e, principalmente, por colegas deputados nas sessões da Câmara, demitiu-se da presidência da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara Federal. A imprensa da Capital Federal era quase toda favorável aos aliados. Esta era a posição do *Jornal do Comércio* e do *Jornal do Brasil*. A *Tribuna* era germanófila. Intelectuais da importância de Graça Aranha, Olavo Bilac, Pedro Lessa, José Veríssimo e Manoel Bonfim, entre outros, faziam parte da *Liga Brasileira dos Aliados*, fundada, em março de 1915, e presidida por Rui Barbosa. Perfilando com os neutrais estavam Carlos de Laet, Jackson de Figueiredo, Vicente de Carvalho, Assis Chateaubriand e Alberto Torres.¹⁵ O governo brasileiro declarou-se neutro em 4 de agosto de 1914 e assim permaneceria até abril de 1917, apesar das fortes pressões internas e externas para mudar sua posição em relação ao conflito. A diplomacia brasileira mostrou-se muito competente, ao administrar a neutralidade. É importante registrar que, em 31 de janeiro de 1917, o governo alemão entregou ao ministro brasileiro em Berlim uma *Nota* informando sua decisão de bloquear a Grã-Bretanha, a França, a Itália e o Mediterrâneo Oriental, por meio de operações navais sem quaisquer restrições e sem aviso prévio. Nosso governo protestou contra a medida, afirmando a responsabilidade do Império Alemão por quaisquer atos prejudiciais aos cidadãos, mercadorias e navios brasileiros.¹⁶ O rompimento de relações dos Estados Unidos com a Alemanha, em 3 de fevereiro de 1917, levou o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Lauro Müller, a pedir informações ao nosso embaixador em Washington, Domício da Gama, para subsidiar a posição que o governo deveria adotar. O presidente Wilson solicitou a todos os neutros do continente americano que acompanhassem a posição dos Estados Unidos. Domício da Gama expressou sua opinião no sentido de o Brasil não acompanhar o governo norte-americano e permanecesse neutro. Como os Estados Unidos, em 07 de abril de 1917, declararam estado de guerra com a Alemanha, a imprensa norte-americana esperava que nosso governo tomasse, prontamente, a mesma posição. O Brasil, contudo, continuou mantendo-se neutro. Tal fato levou o encarregado de negócios dos Estados Unidos em nosso país, Alexander Benson, a acusar Lauro Müller de ser pró-Alemanha. Um acontecimento grave levaria o governo brasileiro a mudar de posição: no contexto da guerra submarina indiscriminada que a

¹⁵ BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República. Os anos do apogeu – de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 456

¹⁶ *Ibidem*, p. 458.

Alemanha passara a executar em todos os mares, isto é, na noite de 3 de abril de 1917, sem aviso prévio e sem prestar auxílio às vítimas, um submarino alemão afundou, próximo do *Cabo Barfleur*, na costa ocidental francesa, o vapor *Paraná*, de bandeira brasileira, que transportava café e navegava de acordo com a normas internacionais previstas para os neutros. Três brasileiros foram mortos. Nosso governo reagiu rompendo relações diplomáticas e comerciais com o Império Alemão, em 11 de abril de 1917, conforme *Nota* entregue ao ministro alemão acreditado no Brasil.¹⁷ Desde o começo do conflito, acusações veladas na imprensa e no Parlamento brasileiros, e mesmo explícitas, como se manifestou o encarregado de negócios dos Estados Unidos, apontavam Lauro Müller, deputado por Santa Catarina e de ascendência alemã, como simpático aos Impérios Centrais, fato que o levou a demitir-se do Itamaraty.¹⁸ Para seu lugar foi nomeado o ex-presidente da República, Nilo Peçanha, declarado simpatizante dos aliados da *Tríplice Entente*. A intensificação da guerra submarina por parte da Alemanha e da Áustria, não respeitando nos navios dos Estados neutros, ocasionou uma escalada de afundamentos de navios brasileiros, fato que levou o nosso governo a dirigir, em 2 de junho de 1917, uma *Nota Circular* às nações amigas, comunicando a revogação da neutralidade do Brasil, considerando as agressões que o país vinha sofrendo com o afundamento de vários navios mercantes por submarinos alemães. A autorização do Congresso Nacional, solicitada pelo presidente Wenceslau Braz, para que o país abandonasse a neutralidade veio acompanhada da permissão ao governo de utilizar 46 navios mercantes alemães ancorados nos portos brasileiros, o que foi feito pelo Decreto nº 12.501, de 2 de junho de 1917.¹⁹ A guerra submarina

¹⁷ [...] “O Senhor Presidente da República julga que o incidente [afundamento do vapor nacional *Paraná*] não comporta possibilidade de explicação ou negociação. Sua Excelência [...] tem grande pesar em reconhecer que é forçado a romper as nossas relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha. Hoje mesmo, cumprindo resolução do Presidente, entreguei passaporte ao Ministro alemão e telegrafei ao nosso Ministro em Berlim para que pedisse o seu passaporte e se retirasse da Alemanha, com os nossos cônsules, Queira Vossência comunicar essa resolução a esse Governo”.

a) Lauro Müller,

Ministro das Relações Exteriores.

Ver teor completo da *Nota* in: TRINDADE, Antônio A. Cançado. *Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público (1899-1918)*. Brasília: FUNAG, 2012, p. 50-51

¹⁸ Sobre a demissão de Lauro Müller do Ministério das Relações Exteriores, esclarece Rubens Ricupero. “Lauro Müller havia deixado o governo (2 de maio), não tanto, como se diz, pela origem e alegadas simpatias pró-germânicas, mas pela sua adesão a uma estrita neutralidade. Chanceler de pensamento independente, Müller distinguiu-se por favorecer uma atuação internacional coordenada entre o Brasil, a Argentina e o Chile, com os quais assinou em Buenos Aires o “Tratado para facilitar a solução pacífica de controvérsias internacionais” ou Pacto do ABC (25 maio 1915). Com a chegada ao poder na Argentina em 1916 do presidente Hipólito Yrigoyen, abandonou-se o Pacto. Desperdiçou-se assim a oportunidade de que os três maiores países da América do Sul pudessem tentar definir uma posição comum em relação ao conflito mundial”. RICUPERO, Rubens. *O Brasil da neutralidade à guerra*. Disponível em:

http://www.funag.gov.br/images/2018/Novembro/05.11_GrandeGuerra/Ricupero_OBrasileaGrandeGuerra.pdf

¹⁹ Decreto 12.501 de 2 de junho de 1917. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe concede o n. 1 do art. 2º do decreto legislativo n. 3.266, de 1 de junho do corrente ano, Decreta:

alemã, em relação ao Brasil, evoluiu em escalada a partir de 20 de maio de 1917, dia em que o navio mercante *Tijuca* foi torpedeado por um submarino alemão, quando navegava próximo à entrada do porto de Brest, na Bretanha francesa. Felizmente toda a tripulação foi salva. Em 27 de maio, foi a vez do vapor *Lapa*, atingido por três tiros de canhão de um submarino alemão, após passar pelas Ilhas Canárias. Em 18 de outubro de 1917, outro navio mercante, o *Macau*, um dos navios alemães arrestados, foi torpedeado pelo submarino alemão *U-93* quando se encontrava a 200 milhas do Cabo Finisterra, na Galiza. Seu comandante foi feito prisioneiro. Após o quarto navio afundado, com manifestações de protesto nas ruas das principais cidades brasileiras, algumas vezes violentas contra súditos e propriedades alemães e, além disso, exigindo ações imediatas do governo, o presidente Wenceslau Braz, que se empossara aos 45 anos de idade na presidência da República havia apenas 5 meses, e era, segundo José Maria Bello, “o mais pacífico dos homens”²⁰ se viu obrigado a declarar guerra aos Impérios Centrais, no dia 26 de outubro de 1917, e decretar o estado de sitio no país.²¹ Em seguida ao ato de declaração de guerra, o presidente determinou o aprisionamento da canhoneira *Eber*, que estava retida no porto da Bahia e a internação militar das equipagens de todos os navios alemães apresados. A tripulação da belonave alemã preferiu afundá-la. O torpedeamento de navios mercantes brasileiros prosseguiu com o afundamento na costa de São Vicente, Cabo Verde, dos

Art. 1º O Governo do Brasil requisita todos os navios mercantes alemães ancorados nos portos da República, a fim de utilizá-los como o aconselharem as conveniências e necessidades da navegação e do comercio. Art. 2º Uma vez ocupados, nos termos do decreto legislativo acima mencionado, esses navios serão considerados brasileiros para o efeito de poderem arvorar desde logo o pavilhão nacional. Art. 3º O Governo providenciará para que, no mais breve prazo possível, essas embarcações sejam postas em condições de navegar e no serviço de transportes, de acordo com o disposto no art. 1º. Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1917, 96º da Independência e 29º da República.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES et alii.

Disponível em: Câmara dos Deputados. Diário Oficial da União - Seção 1 - 3/6/1917, Página 5858 (Publicação Original) <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12501-2-junho-1917-498852-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 11 set. 2023.

Sobre o assunto, ver DAROZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial – A Longa Travessia*. São Paulo: Editora Contexto, 2016, p. 95.

²⁰ BELLO, José Maria. *História da República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, p.288

²¹O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução: Decreto nº 3.361 de 26 de outubro de 1917.

Artigo único: Fica reconhecido e proclamado o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil e autorizado o Presidente da República a adoptar as providencias constantes da mensagem de 25 de outubro corrente e tomar todas as medidas de defesa, nacional e segurança pública que julgar necessárias, abrindo os créditos precisos ou realizando as operações do credito que forem convenientes para esse fim; revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1917, 96º da Independência e 29º da República.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES et alii.

Disponível em: Câmara dos Deputados. Coleção de Leis do Brasil - 26/10/1917, Página 169 Vol. 1 (Publicação Original) <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3361-26-outubro-1917-776105-publicacaooriginal-139969-pl.html> Acesso em 11 set. 2023.

navios *Acary* e *Guayba*, que se dirigiam para o Havre levando café, couros e cereais. Dois brasileiros morreram e quatro ficaram feridos. Antes desses eventos, um navio brasileiro, o *Rio Branco*, foi afundado por um submarino alemão, em 3 de maio de 1916. Sob o ponto de vista do direito de guerra, o *Rio Branco* não era uma belonave neutra. O ataque se deu em águas restritas e ele estava serviço da Marinha inglesa. A maior parte de sua tripulação era composta por noruegueses. Uma vez decretada a declaração de guerra ao Império Alemão, era necessário tomar medidas concretas para a efetiva participação do Brasil no conflito. A abertura dos nossos portos às unidades aliadas e a responsabilidade pelo patrulhamento do Atlântico Sul pela esquadra brasileira foram as primeiras ações em apoio ao esforço de guerra aliado. Convidado para a Conferência Interaliada, que seria realizada em Paris, entre 30 de novembro e 03 de dezembro de 1917, o Brasil designou o médico, político e diplomata mineiro, Olinto de Magalhães, que fora ministro das Relações Exteriores de 1898 a 1902, para representar o país no evento. Em seguida, para expressar apoio concreto ao que fora decidido na Conferência, o governo brasileiro enviou à Grã-Bretanha 13 oficiais aviadores que, após o treinamento, participaram, integrando o 10º Grupo de Operações de Guerra da *Royal Air Force*, de operações de patrulha, durante a Primeira Guerra Mundial. A participação do Exército brasileiro na guerra foi prejudicada por uma série de fatores, entre estes, a necessidade de treinar as tropas e equipá-las adequadamente para lutar no front ocidental. Em 1º de março de 1918, Rodrigues Alves foi eleito para seu segundo mandato de presidente da República. Como herdaria um país em guerra, o presidente eleito encarregou Pandiá Calógeras, especialista em assuntos internacionais e militares de preparar um estudo confidencial para a criação e preparação de uma Força Expedicionária Brasileira, que pudesse desempenhar um destacado papel nos campos de batalha do *front* ocidental. A tropa seria transportada pela Marinha Brasileira à França onde seria devidamente equipada e treinada. Calógeras indicava que os custos seriam cobertos por empréstimos tomados em bancos norte-americanos e pagos, ao final da guerra, pelos vencidos como reparações de guerra. Rodrigues Alves morreu antes de empossar-se. Como início da preparação do Exército para a guerra, em 1917, foi enviada uma Missão Militar à França, sob a chefia do general Napoleão Felipe Aché composta por oficiais e sargentos para operar junto às forças francesas e tomar conhecimento das técnicas de organização e combate que estavam em prática na guerra. Oficiais e sargentos brasileiros tiveram participação ativa e destacada ao serem incorporados ao 4º regimento de Dragões da 2ª Divisão de Cavalaria do Exército Francês. Para citar o mais destacado, pelo que representou na história do Exército Brasileiro, o então tenente José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque recebeu o comando de um pelotão e se houve

com tal competência que recebeu condecorações francesas e belgas por bravura durante a ofensiva alemã nos meses de março e abril de 1918. A Divisão Naval em Operações de Guerra, organizada para atuar no conflito, formada pelos cruzadores Bahia e Rio Grande do Sul e pelos contratorpedeiros Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Santa Catarina, o tênder Belmonte e o rebocador Laurindo Pitta, sob o comando do contra-almirante Pedro Max Fernando de Frontin para atuar incorporada à força naval inglesa, partiu do Rio de Janeiro no dia 1 de agosto de 1918. No dia 3 de agosto de 1918, o navio brasileiro *Maceió* foi torpedeado pelo submarino alemão *U-43*. A Divisão Naval partiu bastante atrasada, em razão dos problemas derivados de sua organização e em decorrência da decisão aliada sobre qual seria seu destino. Os norte-americanos a queriam incorporada à sua frota no Atlântico Norte; os italianos pediam sua presença no Mediterrâneo, os franceses reivindicavam sua atuação na proteção do tráfego marítimo comercial ao longo da costa ocidental norte-africana, entre Dakar e Gibraltar. No início de novembro de 1918, decidiu-se que a missão da Divisão Naval brasileira seria patrulhar a área compreendida pelo triângulo marítimo na costa noroeste africana, cujos vértices eram a cidade de Dacar, o arquipélago de São Vicente São Vicente – Cabo Verde e Gibraltar na entrada do Mediterrâneo. Nossas forças navais teriam desempenhado competente participação no conflito se não tivesse passado por sérios revezes, como a gripe espanhola, contraída em Dakar, que matou grande parte da sua guarnição. Este fato atrasou sua entrada em ação em dois meses. Fundeou em Gibraltar um dia antes da assinatura do armistício, 11 de novembro de 1918. Ainda no esforço de guerra brasileiro, a destacar a Missão Médica enviada à França em 18 de agosto de 1918, composta por 86 médicos e chefiada pelo Dr. Nabuco Gouveia. Em 24 de setembro de 1918, a Missão Médica brasileira chegou ao seu destino pelo porto de Marselha, depois de uma viagem acidentada. Outra missão, integrada por 92 médicos, já havia sido enviada ao teatro de guerra europeu com a finalidade de instalar um hospital. Além dos médicos, compunham também a Missão farmacêuticos, pessoal de apoio administrativo e um pelotão de segurança. A contribuição da Missão Médica Brasileira materializou-se no apoio dado à população francesa durante a epidemia da gripe espanhola que assolava também aquele país, além do apoio logístico às tropas da frente de combate. A Missão Médica foi extinta em fevereiro de 1919. O Brasil foi o único Estado sul-americano que participou da Primeira Guerra Mundial. Em reconhecimento pela participação brasileira, a Grã-Bretanha, a Itália e a Bélgica elevaram suas

legações no Rio de Janeiro à categoria de embaixada e o Brasil fez o mesmo em relação às suas representações nesses países.²²

Calógeras, Ministro da Agricultura

Ao empossar-se na presidência da República, em 15 de novembro de 1914, Wenceslau Braz nomeou Calógeras para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Conhecedor profundo da situação econômico-financeira do Brasil e das possíveis consequências da guerra para o comércio exterior e demais interesses internacionais do País, Calógeras, no curto período em que permaneceu no cargo de ministro da Agricultura, de 15 de novembro de 1914 a 7 de agosto de 1915, empenhou-se em modernizar o Ministério da Agricultura para integrá-lo aos esforços do governo naquele momento difícil da vida nacional. Para tanto, reorganizou os departamentos da Pasta, atualizou os serviços de estatística e meteorologia, sistematizou o crédito agrícola, e com a guerra dificultando tudo, porém, abrindo mercados para produtos brasileiros, pioneiramente, criou grupo para estudar a utilização do álcool como substituto da gasolina, lançou programas para incrementar a produção agrícola e o desenvolvimento da pecuária, na execução dos quais substituiu os bacharéis que somente conheciam o cultivo da terra entre quatro paredes de uma secretaria, por instrutores técnicos “calejados pelo manejo da profissão”.²³ Em maio de 1915, passou a acumular, interinamente, o Ministério da Fazenda, em razão do afastamento do titular, Sabino Barroso, por questões de saúde. Em julho de 2015, Sabino Barroso demitiu-se e Pandiá Calógeras foi confirmado, em 8 de julho de 1915, por Wenceslau Braz, como ministro da Fazenda. Não pôde, dessa forma, pelo curto tempo em que geriu o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, completar o programa que traçara. Sua transferência para o Ministério da Fazenda, em um momento crítico da vida nacional e, sobretudo, em razão da guerra na Europa, era a escolha certa, pois ele, naquela altura, era identificado, como já mencionado, como profundo conhecedor dos problemas econômico-financeiros do País, por seus estudos, pronunciamentos na Câmara Federal, artigos no *Jornal do Comércio*, conferências sobre o tema e, além disso, a autoria de livros sobre economia e finanças e sobre a estrutura tributária brasileira e sua necessária reforma.

²² Sobre o assunto, consultar BURNS, E. Bradford. *As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República*. In: História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano 2 – Sociedade e Instituições. São Paulo: Difel, 1978, p. 399.

²³ CARVALHO, op. cit. p. 76.

Calógeras, Ministro da Fazenda.

Ao ser convidado para candidatar-se, de novo, à presidência da República, em 1914, na sucessão de Hermes da Fonseca, Rui Barbosa, ao recusar, afirmava: “O Brasil é espólio de uma casa roubada”.²⁴ A situação econômico-financeira herdada por Wenceslau Braz era, portanto, muito difícil. Esse foi o quadro que Calógeras encontrou quando assumiu o Ministério da Fazenda. A corrupção grassava em todas as esferas da administração federal. “A arrecadação aduaneira estava reduzida a um terço” e a dívida pública da União era enorme. Multiplicavam-se nos Tribunais ações para impedir a cobrança de tributos.²⁵ No sistema tributário da República Velha à União cabia o imposto sobre as importações e os Estados ficavam com o imposto das exportações. São Paulo, como maior produtor de café, e Minas, em segundo lugar, eram, por este motivo, aliados políticos naturais para garantir uma política cafeeira que lhes fosse sempre favorável. Em consequência da Grande Guerra o comércio sofria com a redução dos transportes marítimos. Nos primeiros meses do conflito, a sempre precária situação econômica e financeira do Brasil foi agravada por dois fatores que prejudicaram, sobremaneira, o nosso comércio externo: a guerra submarina irrestrita praticada pelos alemães e a *Statutory List* – a *Lista Negra* elaborada pela Grã-Bretanha, em 1915, documento que proibia as firmas comerciais de determinados países a realização de negócios com empresas de países inimigos. A exportação de café do Brasil e as empresas nacionais foram incluídas nessa *Lista*. O café, a borracha e o algodão passaram a ser considerados contrabando de guerra, no documento britânico. Vale lembrar que o café e a borracha respondiam por 85% das exportações brasileiras. O governo brasileiro, em 9 de agosto de 1916, protestou em *Nota* entregue à Legação da Grã-Bretanha no Rio de Janeiro e iniciou conversações para suspender a proibição. Além disso, violando a norma internacional segundo a qual a “bandeira neutra cobre a carga”, os governos da França e da Grã-Bretanha declararam, em março de 1915, que iriam capturar e conduzir aos respectivos portos os navios que transportassem mercadorias suspeitas de destino, propriedade ou origem inimiga”.²⁶ O comércio exterior do país ficava, assim, tremendamente prejudicado, fato que criava sérios problemas de custeio ao governo, uma vez que a arrecadação da União provinha do imposto sobre as importações. Como sempre, o recurso foi o aumento dos impostos alfandegários, sobre o consumo e o selo. Da mesma forma, aumentou-se de 35 para 60% a cota

²⁴ CARVALHO, op. cit. p. 76.

²⁵ Ibidem, p. 81.

²⁶ BUENO, op. cit. p. 469

correspondente aos direitos de importação e foram criados novos impostos sobre o consumo. “Houve aumento de 2,5 para 5% no imposto sobre dividendos de sociedades anônimas e a ampliada sua órbita de incidência, com taxas diferentes.”²⁷ Aliado a tudo isso, a precariedade da situação econômica provocou um considerável aumento nos preços das mercadorias de primeira necessidade. Os produtos importados desapareciam dos mercados. A *Lista Negra* dificultava a importação de carvão de pedra, necessário para movimentar as máquinas dos navios do Lloyd Brasileiro, das locomotivas e das companhias de iluminação. Os agentes consulares britânicos e franceses, em seus respectivos distritos consulares, criavam toda a sorte de problemas e intervenções indébitas na vida comercial brasileira. Desejavam ter voz e decisão na formação de empresas no Brasil, como aconteceu em Manaus, quando empresários tentavam registrar uma sociedade anônima. O intuito era inviabilizar a formação de empresas alemãs no país.

Os dois primeiros anos de guerra foram, portanto, muito difíceis para a economia brasileira. A considerar ainda o fato de que o Brasil recebia, antes da guerra, 25% dos capitais europeus investidos na América Latina. A Inglaterra era a maior investidora, seguida da França e da Alemanha. A guerra causara a retração do crédito e as relações comerciais com a Alemanha, a Áustria-Hungria, a Bélgica e a Rússia, Estados que, antes de 1914, eram importantes parceiros comerciais do Brasil. A situação foi um tanto minorada, em 1915, com o aumento das exportações para a Noruega, 400%, Dinamarca, 326% e Suécia, 347% e Estados Unidos, 16%. As importações dos Estados Unidos, Suécia e Argentina, em 1915, avançaram em média 50%. Contudo, as importações no período 1914/1917 sofreram queda considerável. Segundo o Relatório apresentado pelo ministro da Fazenda, Pandiá Calógeras, em 1916, “não obstante neutro, a guerra custava ao país quantia nunca inferior a 30 milhões de esterlinos por ano, entre diminuição de receitas, aumento dos preços de aquisição, aumento de fretes, encarecimento geral da vida”.²⁸ Nos dois anos finais da guerra a situação econômica do Brasil melhorou consideravelmente. Ao entrar na guerra o Brasil passou a ter melhores condições para comercializar com o exterior. A falta dos produtos importados estimulou a vontade de autonomia em todas as esferas de ação. O aumento da demanda internacional por gêneros alimentícios e matérias-primas beneficiou as nossas exportações. Em dezembro de 1914 passamos a exportar carnes congeladas, couros, e até dormentes para reparo das vias férreas danificadas no curso das operações bélicas. Assim, podemos apontar que o conflito ocasionou efeitos positivos ao estimular a criatividade para substituir os produtos importados por

²⁷ BUENO, op. cit. p. 469

²⁸ BUENO, op. cit. p. 477.

mercadorias produzidas no Brasil: por exemplo, a falta de corantes para a indústria têxtil, que eram importados da Alemanha, desenvolveu uma incipiente indústria química baseada em produtos da flora brasileira. No citado Relatório Calógeras, há o registro sobre “a utilização de recursos nativos para as indústrias de perfumes, calçados, conservas, cabos e cordas, em razão da falta de importações”.²⁹ Assim, a guerra propiciou um surto industrial inédito até então em nossa história, valendo-se da mão-de-obra imigrante, composta sobretudo por europeus que fugiam da fome e da guerra. O número de fábricas quadruplicou, nos anos de guerra, dobrando o número de operários. A indústria brasileira conquistou o mercado interno e fez diminuir o número de itens importados, modificando, de certa forma, a estrutura socioeconômica do país. Desse esforço resultou um quadro positivo no comércio exterior brasileiro. O valor médio anual das exportações nos anos finais da guerra – sublinha José Maria Bello, – excedera 83 milhões de esterlinos, para atingir, em 1919, o máximo de 130 milhões, deixando sempre saldo sobre as importações”.³⁰ Além disso, estavam em marcha, junto aos credores ingleses, as negociações do segundo *funding loan*, ou seja, a consolidação de empréstimos obtidos nos bancos da europeus. Ao implantar políticas austeras no Ministério da Fazenda, ao fazer verdadeira limpeza administrativa nas alfândegas do País, ao enfrentar a oposição dos chamados “panelistas”, isto é, os teóricos defensores da heterodoxia segundo a qual a farta emissão da moeda promoveria o desenvolvimento do País, Calógeras comprou briga feia com todos seus opositores e, assim, era atacado por todos os grupos que ele contrariara interesses. Entrou energicamente em litígio com políticos irresponsáveis, que controlavam o Congresso e aprovavam despesas sem saber se haveria receitas para cumpri-las, cortou subvenções, aplicou multas e proibiu a entrada de comerciantes do Recife nas Alfândegas. Ao lado disso tudo, reformou a Casa da Moeda e adaptou, sob sua orientação técnica, suas oficinas para produzir material bélico (munições e cintas para granadas que eram importadas dos Estados Unidos). Engenheiro competente, dirigiu pessoalmente os reparos executados nos navios comerciais alemães que, atracados nos portos brasileiros ao se iniciar a guerra, foram requisitados pelo nosso governo. Apesar de tudo, a guerra, sob o aspecto econômico, beneficiava o Brasil. “As nações aliadas compravam tudo que lhes oferecêssemos: matérias primas, gêneros alimentícios e até certos produtos industriais”.³¹ Em Relatório apresentado em 1916, Calógeras aponta que a falta dos produtos importados estimulou a vontade de autonomia em todas as esferas de ação. A indústria infante brasileira

²⁹ Sobre os problemas econômicos gerados pela Grande Guerra na economia brasileira, ver BUENO, op. cit. p. 468-479.

³⁰ BELLO, op. cit. p. 293.

³¹ Ibidem.

conquistou o mercado interno e fez diminuir o número de itens importados, modificando, de certa forma, a estrutura socioeconômica do país. Desse esforço resultou um quadro positivo no comércio exterior brasileiro. O valor médio anual das exportações nos anos finais da guerra – sublinha José Maria Bello, o máximo de 130 milhões, deixando sempre saldo sobre as importações”.³² Calógeras negociou com os banqueiros europeus a dívida brasileira, o que afastou a ameaça de controle das alfândegas nacionais por parte de credores estrangeiros. Apesar de todo o seu esforço, a oposição à sua presença no Ministério da Fazenda não cessava, por meio de ataques diários na imprensa. Cansado de lutar, resolve demitir-se do Ministério da Fazenda, em 10 de julho de 1917. Em sua carta de demissão, escreve: "Receio que minha ação, em vez de auxílio, seja um estorvo. Não se dirige a Fazenda Pública, principalmente em períodos como este que atravessamos, sem suscitar graves dificuldades, e sem incorrer, conscientemente, na impopularidade que decorre das restrições impostas pelo momento. Esse é o preço do cumprimento do dever”.³³

Pandiá Calógeras Delegado e, posteriormente, Chefe da Delegação brasileira na Conferência de Paz de Versalhes

Em 18 de janeiro de 1919, Rodrigues Alves faleceu. Eleito para um segundo mandato presidencial, não chegara a tomar posse. Delfim Moreira, vice-presidente, assumiu interinamente o cargo em 15 de novembro de 1918, uma vez que a Constituição de 1891, em seu artigo 42, dispunha que, em caso de vacância da presidência da República ou da vice-presidência antes de completar dois anos do mandato, seria realizada nova eleição. Na condição de beligerante na Grande Guerra, o Brasil foi convidado para participar da Conferência de Paz de Versalhes, que teve início em 18 de janeiro de 1919 e encerrou os trabalhos em 20 de janeiro de 1920. Contudo, o convite limitava a participação brasileira na Conferência apenas na fase das discussões em plenário. O Comitê das cinco grandes potências vencedoras da guerra, França, Reino Unido, Estados Unidos, Itália e Japão, decidia soberanamente as questões postas à apreciação da Conferência. Entretanto, de fato, nas grandes decisões, a palavra final era dos três mais importantes membros do Comitê: França, Estados Unidos e Reino Unido. Os Estados participantes foram divididos pelo Comitê em “países com interesses limitados” e “países com

³² Ibidem.

³³ CARVALHO, op. cit. p. 86.

interesses gerais”.³⁴ Assim, indicado pelas grandes potências como possuidor de “interesses limitados”, o Brasil não participaria das reuniões preliminares da Conferência, que, de fato, traçariam os rumos do futuro Tratado de Paz e, nessa condição, somente teria voz quando seus interesses estivessem em pauta. Calógeras foi o primeiro delegado brasileiro a chegar em Paris. Ao tomar conhecimento da classificação do Brasil como “Estado com interesses limitados”, enviou mensagem a Domício da Gama (1862-1925), ministro das Relações Exteriores, solicitando-lhe manifestar ao Comitê das potências vencedoras da guerra a contrariedade do Brasil com os termos do Regulamento da Conferência. Sobre o assunto, escreve Luciana Fagundes:

No entanto, o ministro brasileiro foi contra tal proposição, justificando que cabia às nações vencedoras o principal papel naquela assembleia, e que, como o Brasil não havia colaborado na elaboração do programa, não poderia reclamar de seus termos. Uma atitude de protesto poderia, ainda, ser prejudicial ao sucesso das discussões mais interessantes para o Brasil, que eram basicamente o pagamento pela Alemanha de depósitos relativos à venda de café do estado de São Paulo realizada no início da guerra e a questão da propriedade dos navios alemães apreendidos em portos brasileiros durante o conflito. As limitações às potências consideradas de “interesses limitados” continuaram, mas o Brasil conseguiu uma posição privilegiada, pois, além de ter o número de delegados ampliado (de um para três), foi o único país da América Latina a participar da Conferência de Paz de Versalhes.³⁵

Domício da Gama, tão logo recebera o convite para o Brasil participar da Conferência de Paz, tratou de constituir a delegação brasileira. Entretanto, dias antes de falecer, Rodrigues Alves, tomando como base o sucesso de Rui Barbosa na Conferência da Haia de 1907, resolveu convidá-lo para chefiar a nossa delegação em Versalhes. Rui recusou a missão, entre outras razões, contrariado com a atitude do governo que organizara a delegação sem ouvi-lo e porque a imprensa especulava que o próprio ministro das Relações Exteriores, Domício da Gama seria o chefe da delegação. Delfim Moreira, sem qualquer contrariedade com a recusa de Rui, achava, pelos temas que o Brasil levaria à Conferência, que, “pelos seus antecedentes, Rui não seria um elemento de concórdia e que finanças e economia não eram objetos de seus estudos

³⁴ FAGUNDES, Luciana. *Participação Brasileira na Conferência de Paz de Versalhes*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTICIPA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20NA%20CONFER%C3%84NCIA%20DA%20PAZ%20DE%20VERSALHES.pdf> Acesso em: 12 set. 2023.

Sobre o assunto, ver VINHOSA, F. L. T. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências*. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.

³⁵ FAGUNDES, op. cit. p. 2.

especializados”.³⁶ Eptácio Pessoa, senador pela Paraíba, ministro da Justiça no governo Campos Sales e juiz aposentado do Supremo Tribunal Federal, foi o escolhido por Delfim Moreira para chefiar a delegação brasileira. Para completar a nossa representação em Versalhes, foram designados Pandiá Calógeras, Olinto de Magalhães e Raul Fernandes na condição de delegados plenipotenciários e Rodrigo Otávio de Langaard Meneses para a consultoria jurídica; Hélio Lobo, secretário-geral, comandante Malan d’Angrogne, consultor técnico-naval, capitão de fragata Armando Burlamaqui, consultor naval, além de sete secretários e oito adidos. Gontijo de Carvalho, citando Antônio Batista Pereira, político, diplomata, membro da delegação brasileira à Segunda Conferência de Paz da Haia, 1907, e genro de Rui Barbosa, transcreve o seguinte: ‘Rui, na época (ocasião em que o governo formara a delegação para representar o Brasil em Versalhes) estava sinceramente convencido de que Calógeras era um germanófilo de quatro costados’. Completa a citação destacando que Rui, ao fazer tal afirmação, “ignorava que Calógeras, no famoso relatório confidencial, apresentado a Rodrigues Alves, sustentava com calor a política de franca cooperação com os aliados”.³⁷ Além do mais, sobre o assunto, citando Calógeras, escreve Clodoaldo Bueno:

Pandiá Calógeras, em setembro de 1918, afirmou a respeito da inclinação do Brasil pelos países da *Entente* [...] No Brasil, então o caminho a seguir era claro: filho intelectual da França, politicamente moldado pelos Estados Unidos, com disciplina moral católica, só lhe restava, instintivamente, mesmo condenar os Impérios Centrais. E, nesta rota, cumpre notar que o elemento popular precedeu, e de muito, ainda hoje, a ação diplomática do governo. Uma outra razão, porém, fortalecia a decisão brasileira: o perigo da ação alemã no Sul.³⁸

Além da polêmica interna sobre a chefia da delegação brasileira e dos problemas externos derivados da determinação das grandes potências de destinar ao Brasil a designação de apenas um delegado plenipotenciário, o ministro Domício da Gama, que já havia indicado quatro delegados, viu-se obrigado a buscar o apoio do Departamento de Estado norte-americano, iniciativa que foi, em boa parte, bem sucedida, uma vez que conseguira, com o apoio do subsecretário de Estado Frank Polk, fixar em três o número de delegados brasileiros – o mesmo número que fora fixado para Bélgica e Sérvia. As chamadas “potências com interesses

³⁶ CARVALHO, op. cit. p. 93. Segundo este autor, “Rui estava com a razão em declarar que o convite recebido fora transmitido de má vontade e o desejo real do governo era a sua recusa”.

³⁷ Ibidem, p. 93.

³⁸ *Ideias Políticas de Pandiá Calógeras*. Introdução, cronologia, nota bibliográfica e textos selecionados por Francisco Iglesias. Brasília: Senado Federal, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1987, p. 498. Citado por BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República – Os anos do apogeu – de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 455.

gerais”, Estados Unidos, Reino Unido, França e Japão poderiam mandar cinco delegados e os demais Estados um ou dois”.³⁹ Sobre esse assunto, é interessante citar o comentário crítico de Harold Nicolson, em sua obra sobre a Conferência e o dia a dia dos trabalhos: “Por alguma razão tola, o Conselho Supremo concedeu três lugares ao Brasil; isso vai deixar os outros furiosos, especialmente Portugal. Vai exaltar os ânimos. [...] Isso foi feito com tranquilidade maior do que se esperava”. E completa informando que os franceses ficaram furiosos porque o inglês fora aceito como idioma diplomático oficial da Conferência.⁴⁰

A escolha de Calógeras para compor a delegação era importante, não somente por sua cultura e experiência diplomática, mas, também, por seus conhecimentos técnico-econômicos, uma vez que entre os temas que o Brasil tinha interesse direto de resolver na Conferência, além da inclusão do nosso País no primeiro Conselho da Liga das Nações, era a questão da venda do café pertencente ao Estado de São Paulo, ou seja, 1.835.361 sacas do produto que foram retidas na Alemanha antes do começo da guerra, e, por outro lado, a adjudicação dos 46 navios mercantes alemães que estavam nos portos brasileiros ao se iniciar a guerra e que foram arrestados pelo nosso governo. O café ficara custodiado pelo governo alemão e as sacas depositadas na Casa Bleischroeder, em Berlin, como garantia de empréstimos obtidos pelo Brasil em bancos ingleses. Temendo o confisco do café pelo governo alemão, o governo de São Paulo, dono da mercadoria, autorizou a sua venda pelo governo alemão, negócio que foi realizado por 125 milhões de marcos. O dinheiro foi depositado em um Banco da Alemanha. Para evitar que o Brasil direcionasse a importância para a Inglaterra, uma vez que o café fora dado em garantia de empréstimos concedidos por bancos ingleses, o governo alemão reteve o dinheiro para devolvê-lo com juros, após o fim da guerra. O problema foi criado pelos aliados que resolveram incluir o dinheiro nas reparações de guerra, o que não era o caso, pois se tratava de dívida líquida. O problema dos 46 navios mercantes das Potências Centrais que estavam nos portos brasileiros e foram arrestados pelo nosso governo, quando se iniciou a guerra, estava ainda mais complicado. A Inglaterra e a França pretendiam ficar com os navios, como reparação de guerra. Foram difíceis as negociações para resolver os dois assuntos. Defendendo a posição brasileira, coadjuvado por Calógeras, Epiácio Pessoa, em várias rodadas de negociação, afirmava que o café não poderia ser incluído nas reparações de guerra, porque o problema se originara de transações realizadas antes do conflito. Com a ajuda de Wilson, a questão foi

³⁹ FAGUNDES, op. cit. p. 2 s/d.

⁴⁰ NICOLSON, Harold. *O Tratado de Versalhes – A paz depois da Primeira Guerra Mundial*. Tradução de Glauber Vieira e Jorge Ribeiro. São Paulo: Globo Livros, 2014, p. 160.

resolvida com a determinação à Alemanha de realizar o pagamento ao Brasil, nos termos em que foi contratado o negócio, ou seja, com o pagamento dos juros e com o câmbio de antes da guerra. Também com ajuda do presidente norte-americano, o Brasil conseguiu adjudicar os navios e anexá-los, definitivamente, ao Lloyd Brasileiro. Estas duas decisões ficaram consagradas nos artigos 263 e 297 do Tratado de Versalhes.

A participação de Calógeras na Conferência de Paz, inicialmente como delegado plenipotenciário e, posteriormente, com chefe da delegação brasileira, em substituição a Epitácio Pessoa, que fora eleito presidente da República – retornou ao Brasil para se empossar em 21 de junho de 1919 –, não se limitou à defesa dos interesses brasileiros. Ele foi, muitas vezes, encarregado pelo presidente Wilson e por Lloyd George, primeiro-ministro britânico, de resolver vários assuntos no correr da reunião. Esse trabalho foi reconhecido pelo rei Alberto da Bélgica que, ao término da Conferência, convidou Calógeras para visitar oficialmente o seu País.

Pandiá Calógeras, Ministro da Guerra

Em sua atuação parlamentar, Calógeras tornou-se um grande especialista em assuntos militares, pois, para discutir o orçamento dos ministérios militares era preciso conhecer com profundidade as necessidades dessa área. Para tanto, estava sempre presente em cerimônias e manobras militares, mantinha boas relações com os adidos militares estrangeiros e, segundo seus biógrafos, “contava com o apoio entusiástico da mocidade militar congregada em torno da revista “A Defesa Nacional”, ou seja, os chamados “jovens turcos”, oficiais que haviam estagiado no Exército alemão, nos anos anteriores à Grande Guerra. Foi um dos grandes defensores da necessidade de se contratar missões militares estrangeiras para modernizar as forças armadas do País. Em textos publicados na imprensa pregava a reconstrução das nossas forças sob o “duplo aspecto do elemento humano e material”.⁴¹ Epitácio Pessoa, em contato diário com Calógeras na Conferência de Versalhes, pôde bem conhecer a capacidade de trabalho e o amplo conhecimento dos assuntos militares que ele demonstrara no correr da Conferência. Não hesitou, portanto, quando eleito presidente da República, em retornar à tradição da Monarquia, ou seja, entregar a civis as Pastas militares. Nomeou Pandiá Calógeras para o Ministério da Guerra e Raul Soares de Moura para a Marinha. Ele assumiu o Ministério da Guerra em 3 de outubro de 1919. Permaneceu no cargo até o final do mandato de Epitácio,

⁴¹ CARVALHO, op. cit. p.101.

em 15 de novembro de 1922. Com a colaboração dos generais Tasso Fragoso e Candido Rondon, entre outros, Calógeras desenvolveu um vasto projeto de modernização do Exército. Demonstrando, como sempre, enorme capacidade de trabalho, visitava e acompanhava, com assiduidade, o andamento de obras nos quartéis, construiu novas instalações militares não somente na capital da República, mas, também, em várias partes do País. Reformou radicalmente a instrução em todos os quadros do Exército. “Adversário acérrimo da teoria, pregada pelos velhos e retrógrados oficiais inspirados em Augusto Comte, do “soldado cidadão”, combateu sem tréguas o grande mal da geração anterior que visava preparar filósofos da guerra e não guerreiros”.⁴² Nessa direção, para completar a formação técnica da oficialidade, criou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Reestruturou a Escola Militar do Realengo e o Estado Maior do Exército. Instituiu os Códigos de Organização Judiciária e do Processo Militar. Organizou a aviação militar do Exército e os serviços de saúde. Entretanto, como se sabe, o período presidencial de Epitácio Pessoa deu-se em um tempo de grandes agitações no País. Calógeras se viu obrigado a agir com energia e seguro comando no enfrentamento da grave crise militar decorrente da forte oposição que grupos políticos e militares, e grande parte da imprensa, faziam à candidatura de Artur Bernardes à presidência da República, no processo de sucessão de Epitácio Pessoa. O jornal *Correio da Manhã*, engajado na luta contra a candidatura de Bernardes, publicou, em 1921, cartas falsas atribuídas a Artur Bernardes e dirigidas a Raul Soares, nas quais constavam insultos ao Exército e ao Marechal Hermes da Fonseca. Como diz José Maria Bello, o “documento tinha todas as aparências de falsidades, porém servia de pretexto para acirrar as prevenções de grande parte das classes militares”.⁴³ As cartas foram submetidas ao Club Militar, por iniciativa do próprio Artur Bernardes, para serem periciadas. Os peritos indicados por ele e Raul Soares, praticamente, foram impedidos de realizar seu trabalho. Os peritos designados pela presidência do Club Militar concluíram que as cartas eram autênticas. Porém, eram realmente falsas, como, posteriormente, confessaram, em Cartório, seus autores, Pedro Burlamaqui, Oldemar Lacerda e Jacinto Cardoso de Oliveira Guimarães. Em outra direção, em Pernambuco, surgia novo foco de agitação política contra o governo Epitácio. Desta vez, na conturbada campanha para a sucessão ao governo do Estado, aberta em decorrência do falecimento do governador José Bezerra, em 28 de março de 1922. Sob a acusação de que parentes do presidente da República, aliados da facção do General Dantas Barreto, estariam recorrendo às tropas federais situadas no Estado para hostilizar os outros

⁴² Ibidem, p. 102.

⁴³ BELLO, op. cit. p. 304.

grupos oligárquicos envolvidos no imbróglio, acusação que se mostrou verdadeira, conforme relata Laurita Pessoa Raja Gabaglia, filha de Epitácio, em sua obra biográfica *Epitácio Pessoa*, na qual afirma que o presidente da República “teria sido iludido na sua boa-fé por pessoas da própria família, que abusaram de seu nome junto ao comandante da tropa federal em Pernambuco”.⁴⁴

Nesse ambiente agitado, em 1º de março de 1922, foram realizadas as eleições para a sucessão de Epitácio Pessoa. Artur Bernardes, candidato da situação, derrotou, com 56% dos votos válidos, o candidato da Reação Republicana, Nilo Peçanha, que era apoiado pelo Clube Militar, cujos membros estavam em franca oposição ao governo Epitácio, insatisfeitos com o domínio das oligarquias estaduais, com a nomeação de um civil para o Ministério da Guerra e envolvidos na campanha contra a posse de Bernardes, que se daria em 15 de novembro de 1922. Nesse cenário, agravando a crise, o Clube Militar resolveu tomar partido na questão sucessória pernambucana. Em telegrama enviado ao comandante das forças federais em Pernambuco, o presidente da agremiação, Marechal Hermes da Fonseca, conclamava a tropa federal em Pernambuco a resistir a qualquer ordem do governo federal. Interpelado por Calógeras, em nome do governo, Hermes, em carta a Epitácio Pessoa, datada de 2 de julho de 1922, confirmou a autoria do telegrama. Calógeras resolveu repreendê-lo, o que ele não aceitou. Reagindo, Epitácio autorizou Calógeras a prender o ex-presidente da República e a fechar o Clube Militar, por seis meses. Em seguida, instalou-se outra crise. A guarnição do Forte de Copacabana, comandada pelo capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do marechal Hermes, inconformada com a reação do governo e a com a política dominante no País, resolveu rebelar-se. Foi o começo do Movimento Tenentista, que teria grande participação na História do Brasil no século XX. Calógeras, informado da iniciativa da tropa insatisfeita, na tentativa de conter a sublevação, demitiu o capitão Euclides Hermes do comando do Forte e nomeou o capitão José da Silva Barbosa para substituí-lo. Acompanhado pelo general Bonifácio da Costa, encarregado por Calógeras de fazer a transmissão do cargo, o novo comandante dirigiu-se ao Forte. O capitão Euclides não aceitou a demissão e prendeu os oficiais enviados pelo ministro da Guerra. Instalou-se a revolta. Euclides, não contando com o apoio da oficialidade superior, porém, com o apoio da Escola Militar do Realengo, do Forte da Ponta da Vigia (morro do Leme) e de alguns quartéis situados na capital da República, ordenou que os canhões do Forte disparassem contra instalações militares, atingindo o Ministério da Guerra. O governo reagiu com firmeza, decretando o estado de sítio e determinando o bombardeio do Forte por belonaves fundeadas

⁴⁴ Ibidem, p. 305.

na Bahia da Guanabara e pela Fortaleza de Santa Cruz. O levante foi logo dominado. Calógeras enviou mensagem aos rebeldes garantindo a vida de todos que abandonassem o Forte. A maioria da guarnição aceitou a oferta do ministro da Guerra. Apenas 29 militares, compreendendo oficiais e praças, permaneceram no interior da fortaleza. No dia 5 de julho de 1922, os oficiais resolveram que o capitão Euclides levaria pessoalmente a Calógeras uma contraproposta de rendição. Ao sair do Forte, Euclides foi preso. Sem alternativas, a ser não a total capitulação, os rebeldes resolveram deixar o Forte e sair para enfrentar as tropas fiéis ao governo na Avenida Atlântica, caminhando na direção ao Leme. Deu-se, então, o heroico episódio dos dias 5 e 6 de julho de 1922 que, historicamente, é conhecido como os “18 do Forte de Copacabana”, (seriam 17 militares e um civil, Otavio Correia, morto durante o combate). Entretanto, há controvérsias sobre o número exato de oficiais e praças que saíram para enfrentar a numerosa tropa do governo, assim como o número de mortos e feridos. Sobre esse assunto, os jornais da época, assim como os sobreviventes, também apresentaram números discordantes. Entre os tenentes apenas Eduardo Gomes e Siqueira Campos sobreviveram.

A firmeza com que Calógeras, à frente do Ministério da Guerra, enfrentou essas situações foi responsável pela manutenção da ordem civil e, conseqüentemente, pela posse de Bernardes na presidência da República.

Pandiá Calógeras, Historiador

A contribuição de Calógeras à História do Brasil está expressa em livros, ensaios e artigos publicados nos principais jornais e revistas do Brasil de sua época – alguns desses trabalhos dispersos foram reunidos e editados por iniciativa de seus amigos, em 1936, sob o título *Estudos históricos e políticos (Res nostra)*.⁴⁵ Esta coletânea, compreende 602 páginas, divididas em quatro partes temáticas – História, Política Exterior, Religião, Moral e Educação e Economia e Finanças – reúne significativos textos históricos, econômico-financeiros, sociais e políticos que, sem dúvida, são fundamentais para o entendimento da nossa história. Entretanto, é forçoso destacar, em especial, no conjunto de sua obra histórica, seu livro *Formação Histórica do Brasil*,⁴⁶ publicado em 1930, trabalho que resultou da versão para o português de conferências que ele proferira, em 1929, em inglês, para estudantes e professores

⁴⁵ CALÓGERAS, João Pandiá. *Estudos Históricos e Políticos (Res Nostra)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

⁴⁶ CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2009.

norte-americanos, que, em viagem de estudos ao Brasil, realizaram cursos na então Escola de Estudos Brasileiros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nessa obra, em 406 páginas, dezesseis capítulos, Calógeras oferece ao leitor informações e análises profundas de todo o processo de colonização do Brasil, a estrutura econômica da Colônia e suas riquezas minerais, a mudança da Corte portuguesa e a transformação do Brasil em sede do Império lusitano, o processo da Independência e seus desdobramentos, como as lutas no Rio da Prata, os acontecimentos que levaram D. Pedro I à abdicação, as questões derivadas do tráfico, principalmente, a intervenção britânica no assunto, além da secessão da Província Cisplatina e da Guerra do Paraguai. Nos três capítulos finais, Calógeras discute a abolição, a questão militar, a queda do Império e uma completa análise dos motins político-militares dos primeiros anos da República.

Estudando a bibliografia brasileira sobre a história diplomática do Brasil, José Honório Rodrigues⁴⁷ aponta os três volumes da obra inacabada de Calógeras *A Política Exterior do Império* – ele projetara cinco volumes, mas, por razões de saúde, não pode concluir os dois tomos finais – como “um admirável ensaio das vicissitudes e grandezas dos negócios do Brasil em suas relações com o estrangeiro”. Os três volumes concluídos foram escritos entre 1927/1933.⁴⁸ No primeiro volume, Calógeras apresenta um alentado estudo – 490 páginas – sobre as origens históricas do Brasil, ou seja, em quinze capítulos, que projetam extensa e substanciosa pesquisa realizada em arquivos nacionais e europeus. Discute a formação territorial do Brasil em todos os seus aspectos históricos e jurídicos e, desta forma, analisa detalhadamente os tratados que consolidaram as nossas fronteiras no período colonial, o povoamento do território, o tráfico de escravos, a economia colonial, com ênfase no Tratado comercial celebrado por Portugal com a Inglaterra, em 1810, o Congresso de Viena, a diplomacia de D. João regente e, posteriormente, soberano do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com a morte de D. Maria I. Nesse volume ele inicia aprofundado estudo do processo de Independência do Brasil, trabalho que ele concluiu no segundo volume. Este, com 555 páginas distribuídas em treze capítulos, compreende acurada pesquisa documental e bibliográfica realizada em importantes acervos históricos nacionais e internacionais, principalmente em correspondência diplomática e documentos inéditos existentes no Itamaraty,

⁴⁷ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, p. 222.

⁴⁸ CALÓGERAS, João Pandiá. *A Política Exterior do Império*. Volume I, Brasília: Senado Federal, 1998.
CALÓGERAS, João Pandiá. *A Política Exterior do Império*. Volume. II. Brasília: Senado Federal, 1998.
CALÓGERAS, João Pandiá. *A Política Exterior do Império*. Volume III. Brasília: Senado Federal, 1998.

nos seis volumes do Arquivo Diplomático da Independência. Desse modo, no volume II, Calógeras discute a política exterior do Primeiro Reinado, e, de forma especial, em sete capítulos (III ao X), o processo de reconhecimento do Império, tema que é também estudado por ele na biografia do Marquês de Barbacena e no Capítulo V de *Formação Histórica do Brasil*. É importante afirmar que a pesquisa e a análise de Calógeras, de todo o processo de reconhecimento do Império, com ênfase na mediação inglesa e em suas consequências para o reconhecimento da Independência, por parte de Portugal, apresentada nas obras acima referidas, compreendem o mais completo estudo brasileiro sobre o tema. Além disso, detalha as difíceis negociações para segundo casamento do Imperador, a situação econômico-financeira e os tratados comerciais celebrados com os países que reconheceram o Império brasileiro. Sobre esses acordos comerciais, Calógeras apresenta acurada análise das negociações com a Inglaterra. Discute as instruções passadas por George Canning a Sir Charles Stuart, enviado ao Rio de Janeiro para convencionar com o Império um novo tratado de comércio, porém, de fato, o que o Gabinete britânico pretendia era simplesmente prorrogar o leonino Tratado de 1810, celebrado com Portugal, no qual seriam incluídas cláusulas sobre a suspensão do tráfico de escravos. Esclarece todos os pormenores das negociações que levaram as partes a celebrarem dois tratados, ou seja, um de comércio e outro sobre a questão do tráfico, ratificados por D. Pedro I, em 20 de outubro de 1825. Levados à apreciação do governo inglês, não foram ratificados pelo soberano britânico, sob a alegação de que Sir Charles Stuart fora além de suas instruções, pois, entre as concessões ao Império, constantes nos dois Tratados, e rejeitadas por Canning, estava, por exemplo, no artigo 8º, do novo Tratado de Comércio, a extinção do *Juiz Conservador da Nação Britânica*, privilégio consagrado no Tratado de 1810. A *Conservatória* somente seria extinta em 1844. Calógeras explica minuciosamente a retomada e o andamento das negociações que chegaram à celebração da nova Convenção sobre a Extinção do Tráfico, concluída, em 23 de novembro de 1826, e ratificada pelas duas partes, bem como a forte reação da Assembleia ao acordo, pois, diz ele, “todos os pactos só se mandavam à Assembleia depois de ratificados”. No documento ficou estabelecido que, a partir de 13 de março de 1830, seria suspenso o tráfico de escravos, atividade que, além dessa data, seria considerada pirataria. O dispositivo sobre a suspensão do tráfico, de fato, nunca se cumpriu. O tráfico só seria extinto em 1850. Na negociação dos novos tratados com a Inglaterra prevaleceram os interesses ingleses defendidos por Robert Gordon, “escocês malcriado e teimoso”, segundo D. Pedro I.⁴⁹ O tratado de comércio celebrado com a Inglaterra, em 17 de agosto de 1827, que manteve,

⁴⁹ CALÓGERAS, *A Política Exterior do Império*. Volume. II. Brasília: Senado Federal, 1998 p. 492.

praticamente, todas as vantagens conferidas aos britânicos pelo Tratado de 1810, é também objeto de aprofundados comentários.

Pandiá Calógeras, nas obras em que estudou a Independência, encerra a análise desse fundamental acontecimento da História do Brasil, com a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 7 de abril de 1831. Para ele o movimento de independência do Brasil, citando Joaquim Nabuco, só se completou em 7 de abril de 1831, pois a abdicação de D. Pedro I integrava a Independência, completava o 7 de setembro de 1822, na medida em que “a partida para a Europa daquele que já não era senão o duque de Bragança, quebrava o último laço que prendia Portugal ao Brasil. “Ia o Brasil começar sua vida nacional, governado por brasileiros”.⁵⁰

No prefácio do terceiro volume de *A Política Exterior do Império*, concluído em fevereiro de 1933, Calógeras informa que procurou “cobrir o período que vai da queda de D. Pedro 1 até a pacificação do País e ao início do equilíbrio no Rio da Prata, com a derrota e a fuga de D. Juan Manuel Ortiz de Rosas”. Nos quinze capítulos, reunidos em 592 páginas, ele analisa com acuidade, entre outros acontecimentos, os principais fatos históricos da Regência, bem como a ação dos homens que guiaram o Império durante a minoridade de D. Pedro II, em especial Diogo Feijó. Nessa mesma linha apresenta um completo estudo sobre os eventos histórico-políticos que construíram o processo da Maioridade e a pacificação do País, as questões fundamentais da política externa do Império no Rio da Prata e encerra essa magistral obra com um alentado texto sobre a campanha militar no Sul, a batalha de Monte Caseros e a queda de Rosas, em 3 de fevereiro de 1852.

Ainda sobre a historiografia de Calógeras, a assinalar, também, sua obra *O Marquês de Barbacena*, de 1932, biografia do militar, político e diplomata mineiro Felisberto Caldeira Brant Pontes.⁵¹ Ele não esconde sua admiração por Barbacena. No prefácio à obra, páginas 11-12, escreve:

O Marquês de Barbacena é o próprio Primeiro Reinado, em sua diplomacia, suas contendas externas e sua economia. Também o resume na campanha pela abolição do absolutismo e pelo advento do governo constitucional. Quanto mais se estuda sua atividade política, mais avulta a figura dominante do primeiro decênio da nossa vida de nação independente. Ninguém se lhe avanta, na plêiade dos fundadores do regime. Poucos se lhe podem emparelhar.

⁵⁰ Ibidem, p. 555.

⁵¹ CALÓGERAS, João Pandiá. *O Marquês de Barbacena*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936;

Nessa linha, ele destaca a atuação de Barbacena no processo de independência, assim como, em suas palavras, como o “salvador da rainha constitucional de Portugal e o negociador habilíssimo na difícil tarefa do segundo casamento do Imperador”. Analisa a atuação do Marquês no Senado do Império, no conselheiro de Estado e no período regencial. Além disso, defende ardorosamente seu biografado das acusações de desvio de dinheiro do erário público. Traça, ao final, com muito humanismo, os últimos tempos de vida Felisberto Caldeira Brant Pontes.

Encerrando estas breves observações sobre a obra histórica de Calógeras, é válido mencionar que seus livros *A Minas do Brasil e sua Legislação* e *A Política Monetária do Brasil*, anteriormente citadas, apresentam análises técnicas fundamentadas em importantes pesquisas históricas.

Palavras finais

Concluindo essas notas sobre João Pandiá Calógeras, faço questão de assinalar que ele realizou, com competência e invulgar dedicação, todas as missões políticas e administrativas para as quais fora designado. Na vida política, muitas vezes, surgem situações imprevisíveis e injustificáveis. Apesar de todos os esforços para garantir a posse de Artur Bernardes na presidência da República, Calógeras sofreu grande perseguição por parte deste, a partir do momento em que deixou o governo. Hostilizado pela nova situação ele não conseguiu voltar à Câmara Federal na legislatura 1923-1924. Nesse período, viajou para a Europa, com a finalidade de estudar a indústria de artefatos de cobre. Pretendia se estabelecer como industrial do ramo. Ao mesmo tempo, matinha forte presença na imprensa brasileira, em artigos e ensaios sobre temas técnicos, históricos, políticos e econômicos. Por solicitação de Assis Chateaubriand reviu e transformou a edição especial de “O Jornal” dedicada a D. Pedro II e publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Entre 1926 e 1930, afastado da política, entregou-se plenamente às atividades intelectuais. Nessa época realizou conferências, participou das atividades do IHGB e dedicou-se à pesquisa e aos estudos históricos. Olegário Maciel, presidente de Minas e seu grande amigo, o chamou de volta à cena política, solicitando-lhe, inicialmente, reformar o sistema tributário do Estado. Calógeras já não estava bem de saúde, porém, cumpriu a tarefa solicitada. Em seguida, candidatou-se, por Minas, à Assembleia Nacional Constituinte, que deveria discutir e aprovar uma nova Constituição para o Brasil, que entraria em vigor em 1934. Foi eleito com a maior votação que um deputado, naquela época,

alcançara no Brasil. Contudo, seu estado de saúde piorou e ele mal podia comparecer às reuniões da Assembleia. Em 21 de abril de 1934, em sua residência de Petrópolis, morria João Pandiá Calógeras, nascido no Rio de Janeiro, mineiro por adoção, engenheiro, estadista, historiador, grande brasileiro. Honrou Minas e o Brasil.